

PORTARIA ICMBio No 896, DE 28 DE AGOSTO DE 2020

Tornar público, na forma do Anexo I desta Portaria, a relação dos atos de liberação de atividade econômica emitidos pelo ICMBio, com as respectivas classificações quanto ao risco.

O Presidente Substituto do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, no uso das competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto no 10.234, de 20 de fevereiro de 2020, e pela Portaria no 451, do Ministério do Meio Ambiente de 19 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial de 24 de julho de 2019,

Considerando o disposto no art. 10 do Decreto no 10.178, de 18 de dezembro de 2019, que regulamenta dispositivo da Lei no 13.874, de 20 de setembro de 2019, sobre a fixação de prazo para aprovação tácita de atos de liberação de atividade econômica emitidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;

Considerando o que consta dos processos administrativos no 02070.009439/2019- 18 e 02070000145/2020-64; resolve:

Art. 1º Tornar público, na forma do Anexo I desta Portaria, a relação dos atos de liberação de atividade econômica emitidos pelo ICMBio, com as respectivas classificações quanto ao risco.

§ 1º Os atos econômicos emitidos pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade não são passíveis da aprovação tácita de que trata o art. 10, § 1º, do Decreto no 10.178, de 18 de dezembro de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria ICMBio no 69, de 28 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fernando Cesar Lorencini

(DOU de 01.09.2020)

Este texto não substitui o publicado no DOU de 01.09.2020.

ANEXO I

DIRETORIA RESPONS VEL

ATO DE LIBERAÇÃO

PRAZO PARA RESPOSTA

CLASSIFICAÇÃO RISCO

APROVAÇÃO TÁCITA

LEGISLAÇÃO RELACIONADA

DIBIO

Autorização para o Licenciamento Ambiental - ALA

60 (sessenta) dias

Nível III

Não - Portaria ICMBio no 69, de 28 de janeiro de 2020

Artigos 36 e 46 da Lei no 9.985/2000 Resolução Conama no 428/2010

Instrução Normativa Conjunta ICMBio/Ibama no 08/2019

Instrução Normativa ICMBio no 07/2014

DIBIO

Autorização para Supressão de Vegetação - ASV

60 (sessenta) dias

Nível III

Não - Portaria ICMBio no 69, de 28 de janeiro de 2020

Lei Complementar no 140/2011 Lei no 9.985/2000

Instrução Normativa ICMBio no 01/2018

DISAT

Aprovação de Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário, nos termos da Instrução Normativa ICMBio no 16/2011.

90 (noventa) dias

Nível III

Não -

Instrução Normativa ICMBio no 16/2011.

DISAT

Autorização de Exploração florestal, no âmbito de Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário aprovado

120 (cento e vinte) dias

Nível III

Não-

Instrução Normativa ICMBio no 16/2011.

DISAT

Autorização para a execução de Plano de Manejo de Crocodilianos, nos termos de Instrução Normativa ICMBio 28/2012, para a utilização sustentável das populações naturais de

120 (cento e vinte) dias

Nível III

Não

Instrução Normativa ICMBio 28/2012

jacaretinga (*Caiman crocodilus*) e jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) em Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Reserva de Desenvolvimento Sustentável

DISAT

Autorização Anual de Abate, no âmbito de Plano de Manejo de Crocodilianos aprovado

120 (cento e vinte) dias

Nível III

Não

Instrução Normativa ICMBio 28/2012

DIMAN

Autorização para prestação de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação

30 (trinta) dias a partir do edital

Nível II

Não

Portaria no 69, de 28 de janeiro de 2020

Portaria no 769, 10/12/2019), transporte aquaviário Portaria no 770, 10/12/2019, comercialização de alimentos Portaria no 771, 10/12/2019, locação de equipamentos Portaria no 772, 10/12/2019 e transporte terrestre

Portaria no 774, 10/12/2019

DIMAN

Autorização de Uso para Realização de Evento em unidades de conservação

30 (trinta) dias

Nível II

Não

Portaria no 69, de 28 de janeiro de 2020

Instrução Normativa no 05, de 23 de setembro de 2019

DIMAN

Delegação de serviços de apoio à visitação nas unidades de conservação na forma de concessão;

360 (trezentos e sessenta dias) dias da elaboração/ aprovação definitiva dos estudos técnicos preliminares para concessão

Nível II

Não

Instrução Normativa no 2, de 30 de janeiro de 2017

DIMAN

Delegação de serviços de apoio à visitação nas unidades de conservação na forma de permissões de uso;

270 (duzentos e setenta )dias

Nível II

Não

Instrução Normativa no 2, de 30 de janeiro de 2017

DIMAN

Realização de estudos técnicos e modelagens econômicas para a delegação dos serviços e o desenvolvimento de negócios,

360 (trezentos e sessenta) dias

Nível II

Não

Instrução Normativa no 2, de 30 de janeiro de 2017

projetos e atividades que visem à geração de receitas para o Instituto Chico Mendes;

DIMAN

Realização de estudos para a concessão de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros nas florestas nacionais localizadas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil;

360 (trezentos e sessenta) dias

Nível III

Não

DIMAN

Ato autorizativo para a instalação e operação das atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico,

120 (cento e vinte) dias

Nível II

Não

Lei No 13.668

à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, precedidos ou não da execução de obras de infraestrutura,

exarado pelo órgão gestor da unidade de conservação (mediante procedimento licitatório regido pela Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.)

DIMAN

Aprovação de planos de manejo de unidades de conservação federais

120 (cento e vinte) dias, a partir da manifestação do conselho da unidade de conservação.



Nível III

Não

Lei no 9.985/2000;

Instrução Normativa ICMBio no 07/2017.

DIMAN

Aprovação dos limites e normatização de zonas de amortecimento de unidades de conservação federais<sup>1</sup>

120 (cento e vinte) dias, a partir da manifestação do conselho da unidade de conservação.

Nível III

Não

Lei no 9.985/2000;

Instrução Normativa ICMBio no 07/2017.

DIMAN

Autorização emitida pela gestão das Unidades de Conservação para as queimas controladas efetuadas por proprietários ou posseiros no território das Unidades.

30 (trinta) dias

Nível III

Não

Lei no 12.651/2012

Instrução Normativa no 04/2009.